

Direito Civil Brasileiro

LEI DE INTRODUÇÃO, PESSOAS E BENS

2017

Rogério Andrade Cavalcanti Araujo

**DIREITO CIVIL BRASILEIRO:
LEI DE INTRODUÇÃO, PESSOAS E BENS**

© Almedina, 2017

AUTOR: Rogério Andrade Cavalcanti Araujo

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 978-858-49-3230-6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Araujo, Rogério Andrade Cavalcanti
Direito civil brasileiro : Lei de introdução,
pessoas de bens / Rogério Andrade Cavalcanti
Araujo. -- São Paulo : Almedina, 2017.

Bibliografia

ISBN: 978-85-8493-230-6

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil
3. Direito civil - Leis e legislação - Brasil I. Título.

17-04831 CDU-347(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Julho, 2017

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, CEP: 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONCEITO E FONTES DO DIREITO	19
• Aspectos introdutórios	19
• Direito e moral	20
• O conceito de direito	21
• Direito Objetivo e Direito Subjetivo	22
• Direito Público e Privado	25
• Fontes do Direito – aspectos introdutórios	26
• As fontes em espécie – a lei	28
• O Princípio da Legalidade	30
• A classificação das leis	31
• A analogia	34
• A Separação de Poderes e a atuação criativa do magistrado	35
• O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277	44
• O costume	48
• Os princípios gerais do direito e outras fontes	51
CAPÍTULO 2 – CONFLITO DE LEIS NO TEMPO	55
• Aspectos introdutórios	55
• A questão da irretroatividade da lei no Brasil	57
• A teoria subjetiva ou teoria do direito adquirido	58
• Gabba e a teoria do direito adquirido	62
• A teoria objetiva	68
• A teoria dos fatos realizados	76
• A legislação brasileira. Aspectos introdutórios	77
• A opção da legislação brasileira pela escola subjetivista	79
• O ato jurídico perfeito	80
• A retroatividade máxima, média e mínima e o ato jurídico perfeito	82
• A coisa julgada e o direito adquirido	88
• O conflito de leis no tempo e o direito civil	89

CAPÍTULO 3 – CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO	93
• Aspectos introdutórios	93
• Os conflitos interespaciais	94
• Breve histórico	96
• O conflito de leis no espaço no Direito do Brasil	101
• A análise da Lei de Introdução	102
CAPÍTULO 4 – A CODIFICAÇÃO E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO	113
• Aspectos introdutórios	113
• Conceito de Código Civil	113
• História recente dos códigos civis	116
• O Código Napoleão	117
• Análise do Código Napoleão	119
• O Código Civil da Alemanha	120
• Análise do BGB	123
• A relação jurídica	127
• O Código Civil do Brasil de 1916	127
• Análise do Código de 2002	132
• A constitucionalização do direito civil – introdução	134
• A dignidade da pessoa humana	134
• A busca de critérios para incidência dos direitos fundamentais nas relações privadas	140
• Nosso posicionamento acerca da incidência direta ou indireta dos direitos fundamentais nas relações privadas	144
CAPÍTULO 5 – PESSOA NATURAL – INÍCIO E FIM DA PERSONALIDADE	149
• Aspectos introdutórios	149
• A questão da personalidade jurídica	149
• O início da personalidade natural	150
• A questão no direito romano	151
• A questão no direito comparado	152
• A questão na legislação brasileira	155
• A questão da expressão “direitos do manuscrito”	157
• A existências de interesses legítimos da sociedade na proteção ao nascituro	160
• Da criminalização do aborto e da personalização do nascituro	162
• Da personificação do nascituro e da dignidade da pessoa humana	163
• Conclusão: o início da personalidade nos seres humanos	164
• O fim da personalidade entre os seres humanos	164
• Outras modalidades de morte	166

• A morte presumida sem decretação de ausência	167
• Da morte presumida quando for extremamente provável o óbito de quem estava em perigo de vida	169
• Da morte presumida daquele que, desaparecido em campanha, ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra	170
• A ausência	172
• A curadoria dos bens do ausente	173
• A sucessão provisória	177
• A sucessão definitiva	181
• Outros aspectos relevantes sobre a sucessão provisória	188
CAPÍTULO 6 – PESSOA NATURAL – CAPACIDADE	191
• Aspectos introdutórios	191
• A capacidade em Roma	193
• A capacidade de fato ou exercício segundo a versão original do Código de 2002	195
• A incapacidade absoluta do menor de 16 anos	196
• A incapacidade absoluta do deficiente mental na versão original do Código Civil de 2002	199
• A incapacidade absoluta dos que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade, segundo a versão original do Código Civil de 2002	202
• A incapacidade relativa dos menores de 16 anos	203
• A incapacidade relativa dos ébrios habituais, dos viciados em tóxicos, e dos que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido	207
• A incapacidade relativa dos excepcionais, sem o desenvolvimento mental completo	208
• A incapacidade relativa dos pródigos	208
• A crítica à nova sistemática da incapacidade de fato segundo a Lei nº 13.416/15 – Estatuto da Pessoa com Deficiência	209
• A primeira incongruência da nova sistemática da incapacidade – confusão entre os termos incapacidade, interdição e curatela e seus limites	211
• A questão da suspensão da prescrição e da decadência para o incapaz	219
• A questão da relativa incapacidade daqueles que, por causa provisória ou permanente, não possam expressar sua vontade	220
• A questão da validade dos atos praticados pelo deficiente para o qual não se nomeou curador	220
• A singular situação dos indígenas quanto à sua incapacidade de fato	221
• O fim da incapacidade	223

CAPÍTULO 7 – DIREITOS DE PERSONALIDADE	237
• Aspectos introdutórios	237
• Breve histórico	239
• Os direitos fundamentais e os direitos de personalidade	241
• A questão do direito geral de personalidade	242
• Características dos direitos de personalidade – a oponibilidade <i>erga omnes</i>	243
• A indisponibilidade	244
• A extrapatrimonialidade, a vitaliciedade e a defesa dos direitos de personalidade	251
• Direitos de personalidade. Direito à vida	266
• A integridade física e a disposição do corpo em vida e <i>post mortem</i>	273
• A questão do nome	277
CAPÍTULO 8 – PESSOA JURÍDICA	285
• Aspectos introdutórios	285
• Teorias explicativas da pessoa jurídica	288
• Classificação das pessoas jurídicas – pessoas jurídicas de direito público	292
• Pessoas jurídicas de direito privado – disposições comuns	296
• A desconsideração da personalidade jurídica: colocação do problema	304
• A adoção da teoria da realidade	304
• A desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro	311
• A extinção das pessoas jurídicas de direito privado	317
• As pessoas jurídicas de direito privado introdução ao estudo de suas espécies	319
• As associações	324
• As fundações	336
CAPÍTULO 9 – DOMICÍLIO	341
• Aspectos introdutórios	341
• Conceito atual de domicílio	343
• Espécies de domicílio	344
• Domicílio da pessoa jurídica	348
CAPÍTULO 10 – BENS	351
• Aspectos introdutórios	351
• A coisa como objeto do direito de propriedade	352
• Classificação dos bens	355
• Os bens tomados em si mesmos: bens materiais e imateriais	355
• Bens imóveis	356
• Bens móveis	361
• Importância da distinção entre bens móveis e imóveis	363

• Bens fungíveis e infungíveis	363
• Bens consumíveis e inconsumíveis	364
• Bens singulares e coletivos	364
• O patrimônio	366
• Bens reciprocamente considerados	368
• Espécie de acessórios – as pertenças	370
• Espécie de acessórios – os frutos	375
• Espécie de acessórios – as benfeitorias e acessões	376
• Bens públicos e privados	379
• Bem de família	384
REFERÊNCIAS	399